



ALMT
Assembleia Legislativa

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**



ALMT
Assembleia Legislativa

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
EXERCÍCIO 2018**



MESA DIRETORA 2017-2018

Deputado Eduardo Botelho
Presidente

Deputado Gilmar Fabris
1º Vice-Presidente

Deputado Max Russi
2º Vice-Presidente

Deputado Guilherme Maluf
1º Secretário

Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)
2º Secretário

Deputado Baiano Filho
3º Secretário

Deputado Silvano Amaral
4º Secretário



SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Afrânio Monteiro da Silva Júnior
Secretário de Controle Interno

Moisés Francisco Vieira
Auditor Geral

Márcia Morais Rocha
Superintendente de Controle Interno de Gestão

Clesso Barros de Arruda
Superintendente de Controle Interno de Fiscalização
Financeira, Contábil e Orçamentária

Equipe Técnica
Amanda Maria Vieira Ramalho
Carolina da Silva Godinho
Celso Emilio Calhao Barini
Elaine Cristina da Silva
Luana da Silva e Souza Ikeda
Marisa Cristina Nunes Rondon
Miguel Rua Pedroso de Barros
Nasle Dogan
Rubia Mara Oliveira da Costa
Suelma Teles da Silva Mendes



SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO.....	6
II.	DESENVOLVIMENTO.....	7
1.	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	7
1.1	SISTEMAS ADMINISTRATIVOS DE GESTÃO E CONTROLE.....	7
1.2	ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E..... FINANCEIRA.....	8
1.3	AUDITORIA INTERNA.....	11
a)	LICITAÇÕES/PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES.....	13
b)	CONTRATOS.....	15
c)	ATOS DE PESSOAL.....	16
d)	TRANSPARÊNCIA.....	16
e)	DIÁRIAS.....	17
f)	CONTROLE PATRIMONIAL.....	18
g)	RESTOS A PAGAR.....	18
h)	DUODÉCIMOS.....	18
III.	CONCLUSÃO.....	19
IV.	ANEXOS	
	ANEXO I – SISTEMAS ADMINISTRATIVOS VIGENTES	
	ANEXO II – RESULTADO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA	



I. INTRODUÇÃO

As atividades de controle interno estão delineadas no art. 74 da Constituição Federal e em seu correspondente estadual, art. 52 da Constituição do Estado de Mato Grosso, e remetem, precipuamente, a atividades de comprovação da legalidade e avaliação de resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da administração pública.

A Secretaria de Controle Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, criada pela Lei nº 10.038 de 30 de dezembro de 2013 e regulamentada pela Resolução Administrativa nº 001/2014 de 16 de abril de 2014, começou a ser efetivamente estruturada em 2014. Atualmente encontra-se subdividida em 3 (três) pilares básicos: Superintendência de Controle Interno de Gestão; Superintendência de Controle Interno de Fiscalização Financeira, Contábil e Orçamentária; e, Auditoria Geral.

O presente relatório consiste na consolidação das atividades realizadas pela Secretaria de Controle Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, consoante às atribuições constitucionais, dispostas nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 52 da Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso, e as competências do Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo Estadual, conferidas na Lei nº 10.038 de 30 de Dezembro de 2013 e Resolução Administrativa nº 001 de 16 de abril de 2014.

Sua finalidade básica, é a materialização das ações de controle e resultados desta unidade administrativa no exercício de 2018, visando o planejamento de diretrizes gerais aplicáveis ao Sistema de Controle Interno para os anos subsequentes.

Neste documento estão registradas, de forma consolidada, as informações sobre o funcionamento, a estrutura e os objetivos alcançados em razão das atividades desta Secretaria.

Assim, apresenta-se à Mesa Diretora, o Relatório Consolidado das Atividades desenvolvidas pela Unidade Central de Controle Interno, particularmente no que se refere ao controle e à avaliação da gestão administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.



II. DESENVOLVIMENTO**1 - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO****1.1 – SISTEMAS ADMINISTRATIVOS DE GESTÃO E CONTROLE**

1.1.1 O Sistema de Controle Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso encontra-se estruturado atualmente em 23 (vinte e três) Sistemas Administrativos, tendo, cada um deles, suas respectivas Instruções Normativas, as quais orientam a metodologia e os procedimentos operacionais internos que regulam os processos das unidades gestoras e administrativas da Casa de Leis.

1.1.2. O Sistema encontra-se alicerçado na Lei nº 10.038, de 30/12/2013, que cria a Secretaria de Controle Interno no âmbito da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, e as disposições da Resolução Administrativa nº 001, de 16/04/2014, que estabelece normas gerais para a implementação e operacionalização do Sistema do Controle Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

1.1.3. A Secretaria de Controle Interno, realiza o monitoramento dos sistemas administrativos e acompanhamento das instruções normativas publicadas, além de auxiliar diretamente as unidades administrativas, na análise e revisão prévia das instruções encaminhadas para aprovação pela Mesa Diretora.

1.1.4. No exercício de 2018, ocorreu a seguinte alteração quantitativa no quadro de sistemas administrativos da ALMT, em relação à implementações de Instruções Normativas:

Quadro 1 - Quantitativo-Instruções Normativas

2017	2018			
SITUAÇÃO ANTERIOR	APROVADAS/ PUBLICADAS	REVISADAS	EM REVISÃO	SITUAÇÃO ATUAL
46	01	03	01	47

1.1.5. As Instruções Normativas vigentes, incluindo as revisadas no exercício de 2018, foram publicadas no Diário Oficial e estão disponíveis no site da Assembleia Legislativa: www.al.mt.gov.br, na aba Institucional - Controle Interno - Sistema de Controle Interno, as quais encontram-se resumidas no anexo 1, do presente relatório.



1.1.6. Reforça-se que encontra-se em fase de revisão e aprovação pela Mesa Diretora, a Instrução Normativa STI 06/2018 – Versão 01, do Sistema de Tecnologia de Informação, que dispõe sobre os recursos computacionais ofertados/disponíveis às unidades gestoras e gabinetes parlamentares e normas para utilização dos mesmos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

1.1.7. No exercício de 2018, a SCI, envolvendo todo o Sistema de Controle Interno da Assembleia Legislativa, procurou acompanhar efetivamente os prazos estabelecidos nas Instruções Normativas, Resoluções Administrativas e demais normativas da Assembleia Legislativa.

1.1.8. Com o aval e apoio da Mesa Diretora, foram encaminhados memorandos aos responsáveis por cada Sistema Administrativo e para todos os Gabinetes Parlamentares reforçando a necessidade do cumprimento integral de todas as Instruções Normativas, Resoluções Administrativas e demais legislações que norteiam a administração pública.

1.2 – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1.2.1. A Secretaria de Controle Interno, executou várias ações no apoio ao Controle Externo do Tribunal de Contas, atendendo às demandas com informações repassadas tanto durante as Auditorias “*in loco*”, como através de solicitações de documentos na auditoria concomitante do Exercício de 2018 realizada pelos Técnicos do TCE/MT.

1.2.2. Monitorou ainda a evolução das receitas recebidas pela Assembleia Legislativa ao longo do exercício financeiro de 2018, que derivam, principalmente, dos repasses constitucionais obrigatórios (duodécimos) transferidos pelo Poder Executivo Estadual. Os trabalhos de monitoramento permitiram o acompanhamento mensal das receitas auferidas a partir dos balancetes mensais encaminhados pela unidade de finanças à Secretaria de Controle Interno após os referidos demonstrativos serem protocolados junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.



1.2.3. A execução das despesas previstas no orçamento legislativo também foram acompanhadas por meio de auditorias específicas constantes no Plano Anual de Auditoria Interna ou por meio de monitoramentos realizados no curso do exercício financeiro de 2018.

1.2.4. Tanto a demonstração da execução das despesas como, também, a demonstração da realização das receitas do exercício foram, ainda, analisadas por ocasião da elaboração dos anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), elaborados pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, e submetidas à apreciação desta Unidade Central de Controle Interno.

1.2.5. Ainda sobre a LRF, no decorrer do Exercício foi solicitado Parecer Jurídico da Procuradoria Geral deste Poder, a qual emitiu o Parecer nº 188 de 19/02/2018, que orienta que as despesas com pessoal referente ao FAP – Fundo de Assistência Parlamentar sejam apresentadas como despesas não computadas. Ato contínuo, foi solicitado também Parecer desta Secretaria a respeito do referido assunto, e esta Secretaria entendeu que essas despesas não deveriam ser apresentadas como não computadas, pois fazem parte das despesas com pessoal deste Poder. Em decorrência, os dois entendimentos foram encaminhados à apreciação da Mesa Diretora, que optou em seguir o Parecer Jurídico da Procuradoria Geral deste Poder.

1.2.6. Ressalva-se ainda que, por ocasião da elaboração dos relatórios referente ao 3º Quadrimestre de 2018, o Presidente da Mesa Diretora determinou, após reunião na Presidência da ALMT, que as despesas com Inativos deste Poder fossem computadas conforme entendimento do STN, isto é, mesmo as despesas do ISSSPL que são pagas pelo Poder Executivo, conforme Termo de Cooperação, fossem demonstradas para efeito de Apuração das Despesas com Pessoal do Anexo I do RGF desta Assembleia Legislativa.

1.2.7. A Secretaria de Controle Interno realizou o acompanhamento da implantação do FIPLAN, tendo sido informado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, através do Mem. 149/2018-SPOF, de fevereiro de 2018, que naquele ano seriam ajustados todas as inconsistências geradas pelos diversos anos de déficit de informações no Sistema. Também que as informações geradas do ano de 2018 já estavam sendo lançadas desde o mês de Janeiro. A Secretaria de Controle Interno informou a Presidência da Mesa Diretora deste Poder que continuará acompanhando essa implantação pois o TCE/MT através do Acórdão 592/2018 – TP determinou que seja promovido a adesão deste Poder ao Sistema FIPLAN.

cel.



1.2.8. Com relação as despesas com combustíveis, houve o acompanhamento mensal dos limites estabelecidos na Resolução Administrativa n.º 08 de 2017, atualizada pela Resolução Administrativa n.º 13/2018, utilizando por base os relatórios disponibilizados mensalmente no Portal Transparência. Durante este acompanhamento foram encaminhados diversos memorandos a Secretaria de Administração e Patrimônio solicitando informações que subsidiaram o monitoramento, além de sugestões de melhorias no acompanhamento dessas despesas. Destaca-se, que, se levarmos em consideração o montante total dos gastos com combustível, foram cumpridos os limites estabelecidos pela Resolução Administrativo n.º 13 de 2018.

1.2.9. Acompanhamento das Certidões Negativas - No Exercício de 2018, a Secretaria de Controle Interno efetuou o acompanhamento das Certidões Negativas exigidas a este Poder, incluindo as de responsabilidade do FAP e do ISSSPL, em conjunto com a Coordenadoria das Obrigações Contratuais e Tributárias do Estado/SEFAZ-MT (COCT). Esse trabalho em conjunto possibilitou a cobrança e o saneamento de diversas pendências durante o Exercício de 2018, ficando para o Exercício de 2019 a regularização referente a pendência do ISSSPL sobre CRF-FGTS no CAUC/SIAF-STN, que encontra-se em fase de regularização.

1.2.10. Realizou-se ainda o acompanhamento do Cumprimento das Recomendações e Determinações do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), destacando os seguintes procedimentos:

a) Após encaminhamento de diversos Memorandos aos diversos Setores Administrativos e a Presidência deste Poder, solicitando providências para o atendimento das Recomendações e Determinações constantes no Acórdão 615/2016 - TP, referente as Contas Anuais do Exercício de 2015, encaminhamos em resposta à solicitação do Presidente desta Casa de Leis, o Memorando 0364/SCI/2018, em 16 de julho de 2018, onde informa sobre a atualização dos itens apontados no referido Acórdão, onde alguns encontram-se sanados, outros em andamento e outros aguardando providências da Mesa Diretora.

b) Com relação ao Acórdão nº 512/2017- TP, referente as Contas Anuais do Exercício de 2016, as referidas Contas foram julgadas REGULARES, sem Determinações ou Recomendações.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



c) Já o Acórdão nº 592/2018 – TP, julgou as Contas Anuais do Exercício de 2017 REGULARES, com determinações legais. A Secretaria de Controle Interno encaminhou Memorando nº 0575/SCI/2018 em 20 de dezembro de 2018 para a Presidência deste Poder, com cópia para Procuradoria Geral, informando sobre as decisões do referido Acórdão e informando que esta Secretaria estará acompanhando o cumprimento do mesmo, durante o exercício de 2019.

d) Em relação ao cumprimento do cronograma estabelecido pelo TCE-MT para a implantação da Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Secretaria de Controle Interno em conjunto com a Secretaria de Planejamento Orçamento e Finanças, Secretaria de Gestão de Pessoas e Procuradoria Geral implementaram medidas com vistas ao atendimento das exigências relacionadas à Nova Contabilidade aplicada ao Setor Público, sobretudo no que tange as exigências relacionadas ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, cujos prazos foram definidos na Portaria STN nº 548 de 2015. Em 2018 iniciaram-se os lançamentos referentes aos itens 5, 6 e 11 da referida Portaria, porém, ainda sendo necessários alguns ajustes, que serão feitos durante o Exercício de 2019.

1.3 – AUDITORIA INTERNA

1.3.1. A unidade de Auditoria Interna, vinculada à Secretaria de Controle Interno (AUD/SCI) da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, foi instituída pela Lei Estadual nº 7.617/2002, de 03/01/2002.

1.3.2. Uma de suas atribuições compreende a realização de auditorias internas em todas as unidades executoras do sistema de controle interno, conforme planejamento de trabalho próprio, cuja finalidade precípua é atuar, por meio do acompanhamento indireto de processos, avaliando os resultados e recomendando ações corretivas, de modo a contribuir para o alcance dos resultados da instituição, e no controle e transparência no uso dos recursos públicos.

CBF
Júlio
n



1.3.3. As atividades de auditoria são planejadas e definidas no PAAI – Plano Anual de Auditoria Interna, instrumento de planejamento que norteia a atuação da equipe de auditoria da Secretaria de Controle Interno no apoio às atividades de controle no período.

1.3.4. As ações que compuseram o Plano Anual de Auditoria Interna/2018 foram elaboradas em sintonia com o que prescrevem as Normas de Auditoria Governamental (NAG), Normativas Internas da ALMT e seguindo orientações e recomendações dos órgãos externos de controle e fiscalização, considerando os parâmetros de relevância, risco, criticidade e materialidade e, ainda, levando em consideração os meios disponíveis para a execução dos trabalhos.

1.3.5. Os produtos e resultados das atividades de auditoria são apresentados aos gestores por meio de recomendações e notificações de auditoria, pareceres sobre normativas internas, controle patrimonial, contábil, orçamentário e financeiro, pareceres técnicos sobre concessão de benefício de aposentadoria e pensão por morte, relatórios técnicos de auditoria nas áreas definidas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), relatório técnico sobre as contas anuais da gestão legislativa e gestão previdenciária, e relatórios e pareceres decorrentes do assessoramento direto à Mesa Diretora ou em apoio ao Controle Externo.

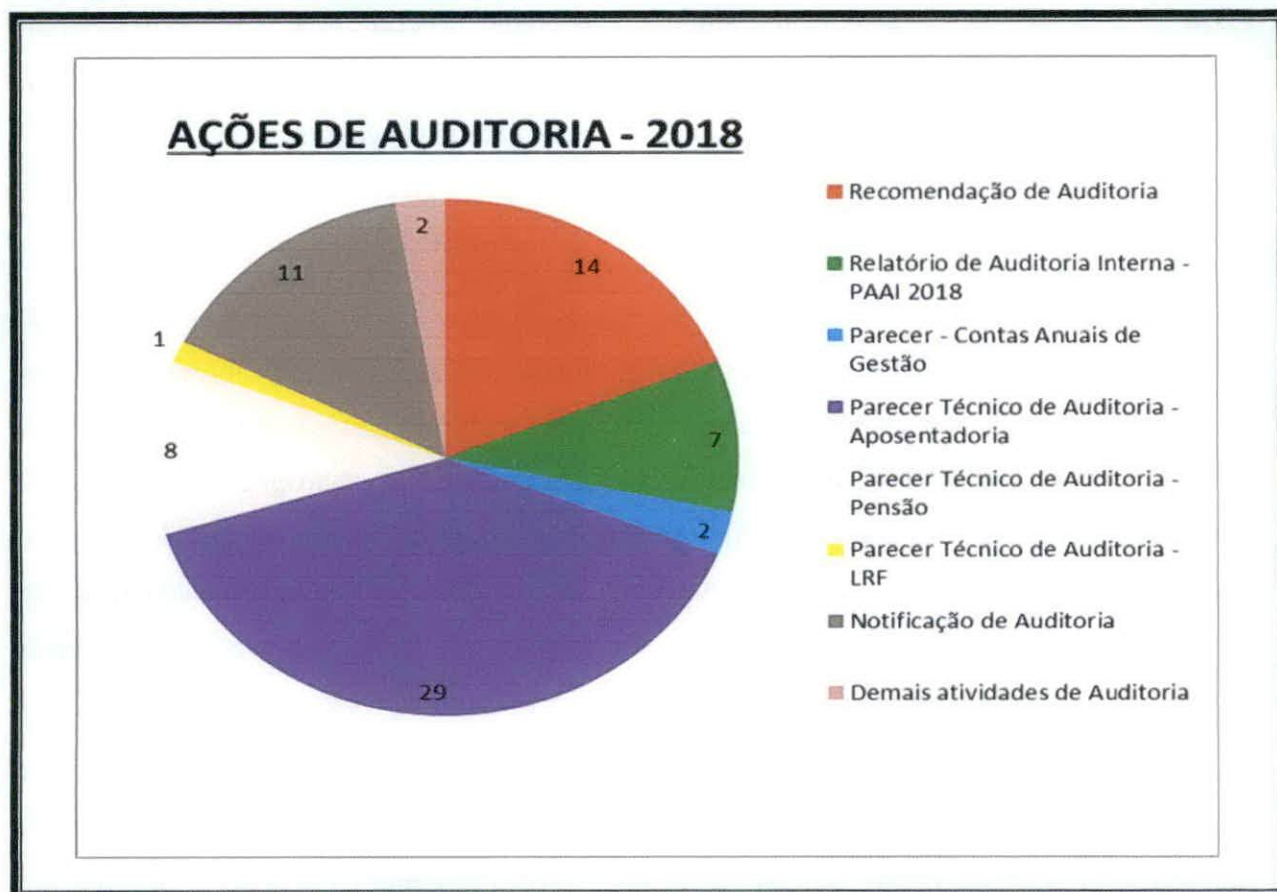
1.3.6. Neste sentido, destaca-se ainda a atuação da equipe técnica de auditora nos trabalhos extraordinários de coordenação e execução relativos à Comissão Especial de Auditoria - Convênio nº 02/2015-ALMT/UNEMAT/FAESPE, nomeada pela Mesa Diretora por meio da Portaria MD nº 249, de 21 de junho de 2017, cujos trabalhos foram encerrados em Março/2018.

1.3.7. O anexo 2, apresenta o resumo das principais atividades e os resultados apresentados pela equipe de auditoria ao longo do exercício financeiro de 2018, os quais foram formulados e encaminhados às unidades gestoras/administrativas do Poder Legislativo, em decorrência das ações implementadas no Plano Anual de Auditoria Interna/2018.



1.3.8. O gráfico abaixo resume os principais resultados produzidos pela equipe de auditoria ao longo do exercício financeiro em comento, conforme resumo apresentado no anexo 2:

Gráfico 1: Produtos/Resultados das Ações de Auditoria/2018



1.3.9. Dessa forma, com base nas informações acima elencadas, conclui-se que, considerando a disponibilidade dos meios ofertados à equipe de Auditoria Interna da Secretaria de Controle Interno, os objetivos do PAAI/2018 desenvolveram-se de modo satisfatório.

1.3.10. Destaca-se que a equipe de auditoria realizou o monitoramento dos seguintes processos da gestão legislativa no decorrer do exercício de 2018:

a) LICITAÇÕES/PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES

a1) No exercício financeiro de 2018, houve a abertura de 68 (sessenta e oito) procedimentos licitatórios, conforme quadro quantitativo abaixo:



Quadro 2 – Quantitativo/Procedimentos Licitatórios Abertos

MODALIDADE	QUANTIDADE	OBSERVAÇÃO
Adesão Carona	08	<i>Não Houve</i>
Ata de Registro de Preços	17	<i>Não Houve</i>
Concorrência Pública	0	Houve apenas publicações de atos pertinentes à Concorrência Pública nº 01/2017
Convite	1	Revogado ainda em 2018
Dispensa	0	<i>Não Houve</i>
Inexigibilidade	5	<i>Não Houve</i>
Pregão	34	18 homologados
		05 fracassados
		01 revogado
		08 em andamento (abertos)
		01 anulado
		01 suspenso
Pregão Eletrônico	3	02 homologados
		01 suspenso
Tomada de Preço	0	<i>Não Houve</i>
Total	68	

a2) A equipe de auditoria, no acompanhamento das ações da unidade responsável pelos processos licitatórios do Poder Legislativo, procedeu à análise da conformidade dos procedimentos licitatórios, processos de aquisição com dispensa e inexigibilidade e a regularidade dos seus respectivos processos de pagamento, tendo os resultados apontados no Relatório de Auditoria nº 05/2018, e encaminhados à Superintendência de Licitações da ALMT.

a3) Foi implementada a modalidade Pregão Eletrônico na ALMT, a partir do 2º semestre do ano de 2018, considerando o questionamento feito pelo TCE/MT, bem como recomendação por parte desta SCI ao setor de Licitação. Outrossim. Em decorrência, foi recomendado ainda que se procedesse a devida atualização da Instrução Normativa nº SLI 01/2014, uma vez que a mesma não contempla a modalidade de Pregão Eletrônico.

a4) Nos termos da Lei nº 8.666/93, a ALMT constituiu Comissão Permanente de Licitação com as atribuições de recebimento, exame e julgamento de todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

a5) Nos termos do art. 3º, inciso IV, da Lei Federal nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), a Assembleia Legislativa designou, dentre os seus servidores, o Pregoeiro e sua equipe de apoio, em cuja atribuição inclui-se, dentre outras, o recebimento das propostas, lances, análises de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do

certame ao licitante vencedor. No decorrer do ano de 2018, constata-se o reforço das equipes responsáveis pela modalidade pregão, totalizando 03 (três) equipes de pregoeiros.

b) CONTRATOS

b1) No monitoramento de auditoria, constatou-se a abertura no exercício de 2018, de um total de 50 (cinquenta) contratos administrativos, tendo 02 (dois) contratos já vencidos e 48 (quarenta e oito) vigentes no encerramento do exercício corrente.

b2) Em se tratando de contratos vigentes, verifica-se, ainda, a existência de um total de 39 (trinta e nove) contratos firmados nos exercícios retroativos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, conforme se vê no quadro a seguir:

Quadro 3 – Quantitativo-Contratos Vigentes

ANO	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE	TOTAL
2018	48	2016	14	2014	02	87
2017	08	2015	06	2013	09	

b3) Em relação aos demais instrumentos celebrados, elencamos abaixo quadro quantitativo da situação de instrumentos pactuados ao longo do exercício de 2018:

Quadro 4 – Quantitativo-Outros Instrumentos Celebrados

INSTRUMENTO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÃO
Termo de Cooperação	6	5 vigentes
		1 vencido
Termo de Fomento	1	1 vencido
Total	7	

b4) Foi constatado ainda no decorrer do exercício, a publicação dos atos de designação dos fiscais e suplentes de Contratos bem como suas substituições, conforme o caso.

b5) Verifica-se também, ato de publicação da Comissão de Seleção e Julgamento de Chamamento Público 2018, realizados pela ALMT e destinados a selecionar Organizações da Sociedade Civil para firmar parceria por meio termo de colaboração ou termo de fomento.

b6) Constata-se ainda a designação de servidores para composição da Comissão de Avaliação responsável por procederem a seleção interna entre as Agências de Publicidade contratadas pela ALMT.

b7) Da análise específica sobre determinados contratos, decorreram recomendações à Superintendência de Controle de Contratos, Convênios e Documentos Correlatos (unidade gestora dos contratos e convênios) e Fiscais de Contratos, e à Secretaria de Orçamento, Planejamento e Finanças (unidade administrativa responsável pelos pagamentos decorrentes de contratos e aquisições por dispensa e inexigibilidade de licitação).

b8) Todos os atos administrativos vinculados aos contratos celebrados pela ALMT, encontram-se disponíveis no Portal Transparência.

c) ATOS DE PESSOAL

c1) No assessoramento à SCI, a equipe de auditoria analisa os processos de concessão de aposentadoria e pensão por morte, a fim de serem encaminhados à Secretaria de Gestão de Pessoas, para subsidiar os trabalhos de análise e autuação dos processos.

c2) Assim, no ano foram elaborados um total de 37 (trinta e sete) pareceres técnicos, sendo 8 (oito) referente benefício de Pensão por Morte, e 29 (vinte e nove) processos de concessão de benefício de Aposentadoria.

c3) A equipe técnica realizou ainda, auditoria especial sobre o pagamento das rescisões efetuadas a servidores aposentados e/ou exonerados (Verbas Rescisórias), encaminhando à Secretaria de Gestão de Pessoas o Relatório de Auditoria nº 04/2018, contendo apontamentos e recomendações.

c4) Ademais, houve o acompanhamento pontual sobre frequência/registro de ponto, lotacionograma, cessão de servidores, prazo prescricional de férias e licença-prêmio, sendo os apontamentos encaminhados à unidade gestora de pessoal.

d) TRANSPARÊNCIA

d1) No exercício de 2018, o Portal Transparência encontrou-se estruturado em 15 (quinze) Sistemas de Informações.

d2) No decorrer de 2018, a Secretaria de Controle Interno fez o acompanhamento e monitoramento do Portal Transparência junto aos setores envolvidos, buscando otimizar ainda mais a disponibilização dos dados, encerrando o ano com quase 100% de todas as informações disponíveis e prontas para consulta da sociedade como um todo, bem como pelos órgãos fiscalizadores, em consonância aos preceitos da Lei de Acesso a Informação e do Manual de Cumprimento da Lei de Acesso à Informação, desenvolvido pela Rede de Controle da Gestão Pública em Mato Grosso.



d3) Em se tratando de Transparência Passiva, aonde a sociedade busca solicitar informações através do Sistema SIC (presencial) ou E-SIC (plataforma on-line), a SCI manteve ao longo do ano, constante parceria com a Ouvidoria Geral, responsável pela Transparência Passiva na ALMT. Com isso e em atendimento a Lei de Acesso à Informação recebemos da Ouvidoria pedidos pontuais de informações e esclarecimentos.

d4) Ressalta-se que a ALMT encerrou 2018 tendo cumprido em 100% o Acórdão nº 300/2018, de 07/08/2018 – TCE/MT, que apontou várias inconformidades relativas ao Portal Transparência da ALMT.

d5) Do mesmo modo, o Ministério Público de Contas de Mato Grosso manifestou-se através do Parecer nº 1.956/2018, pelo arquivamento do processo de Auditoria Especial TCE-MT/2016, diante do cumprimento das determinações exaradas no Acórdão mencionado.

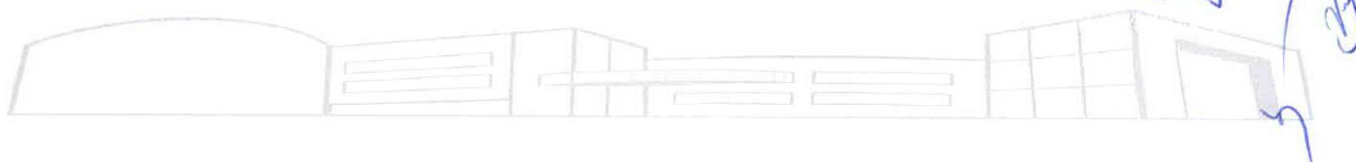
d6) Ressalta-se ainda a informação da Coordenadoria de Informática referente aos acessos ao Portal Transparência na página da Secretaria de Controle Interno, totalizando 7.566 (sete mil, quinhentos e sessenta e seis) acessos, sendo desde 2.545 (dois mil, quinhentos e quarenta e cinco) acessos feito pelo público interno da ALMT e 5.021 (cinco mil e vinte e um) pelo público externo.

d7) Todos os resultados do monitoramento realizado, encontra-se discriminado no Relatório de Auditoria nº 03/2018, encaminhado à Secretaria Geral para manifestações e adoção de providências.

e) DIÁRIAS

e1) Durante todo exercício financeiro de 2018, a equipe de auditoria monitorou, concomitantemente, o processamento das diárias concedidas a servidores do Poder Legislativo, encaminhando notificações, recomendações sobre providências a serem adotadas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – unidade gestora do processo Diárias.

e2) Desse monitoramento, decorreu o Relatório de Auditoria nº 01/2018, encaminhado à unidade responsável para a adoção das devidas providências.



f) CONTROLE PATRIMONIAL

f1) A fim de delimitar o escopo do controle patrimonial, exercido principalmente pela Secretaria de Administração, Patrimônio e Informática, foi efetuado o controle dos Bens Móveis a partir da análise do Inventário Patrimonial elaborado em 2017.

f2) Em decorrência, foi elaborado o Relatório de Auditoria nº 02/2018, que sintetizou os apontamentos verificados e encaminhados à gestão patrimonial para os ajustes pertinentes.

g) RESTOS A PAGAR

g1) Durante o exercício de 2018, a auditoria interna acompanhou a evolução do Restos a Pagar Inscritos em 31/12/2017, incluindo o estoque de restos a pagar advindos de anos anteriores.

g2) Todas as evidências constatadas foram elencadas no Relatório de Auditoria nº 06/2018, o qual foi encaminhado à Divisão de Contabilidade da Secretaria de Finanças para as considerações e manifestações.

h) DUODÉCIMOS

h1) As Transferências Constitucionais repassadas pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa - a título de Duodécimos - foram acompanhadas pela equipe de auditoria da SCI, via sistema FIPLAN e via balancetes mensais disponibilizados no portal transparência e sistema informatizado de contabilidade-Elotech/Serprel.

h2) Esse acompanhamento de auditoria, permitiu a elaboração do Relatório de Auditoria nº 07/2018, que foi encaminhado à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças para as providências decorrentes.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório de atividades, consolida as ações realizadas pela Unidade Central de Controle Interno da Assembleia Legislativa - no decorrer do exercício de 2018 – em decorrência das atribuições constitucionais, dispostas nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 52 da Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso, e das competências do Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo Estadual, conferidas na Lei nº 10.038 de 30 de Dezembro de 2013 e Resolução Administrativa nº 001 de 16 de abril de 2014.

Analisando o contexto histórico, é possível afirmar que houve uma melhoria significativa no controle dos processos de gestão vinculados ao Poder Legislativo Estadual.

Neste contexto, destaca-se a evolução das ações legislativas voltadas à Transparência pública, na busca pela publicidade de seus atos e informações à sociedade, além de melhoria da Contabilização dos Recursos e Controle Patrimonial.

Não obstante, a Secretaria de Controle Interno, no acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas, encaminhou diversos expedientes contendo notificações e recomendações com vistas ao saneamento de inconsistências pontuais verificadas.

Dessa forma, conclui-se que, de modo geral, os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Controle Interno apresentaram-se satisfatórios, ressaltando-se a necessidade de observância às diversas recomendações internas expedidas, bem como pelas determinações encaminhadas pelos órgãos externos de controle e fiscalização, a fim de pautarmos pela eficiência e pela melhoria contínua dos processos da gestão legislativa.

É o nosso relatório.

Cuiabá-MT, 22 de janeiro de 2019.


MÁRCIA MORAIS ROCHA
Superintendente de Controle Interno de Gestão
Matrícula nº 33081


MOISÉS FRANCISCO VIEIRA
Auditor-Geral
Matrícula nº 41077


CLESSO BARROS DE ARRUDA
Superintendente de Controle Interno de Fiscalização
Financeira, Contábil e Orçamentária
Matrícula nº 26091


AFRÂNIO MONTEIRO DA SILVA JUNIOR
Secretário de Controle Interno
Matrícula nº 24036

ANEXO 1 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES-SCI/2018
SISTEMAS ADMINISTRATIVOS VIGENTES - ALMT

Nº Ord	Sistemas	Instruções Normativas	Publicação
1	SGP- Sistema de Gestão de Pessoas	SGP 01- Aposentadoria e Abono de permanência	D.O. Nº 26391 – 08/10/2014
		SGP 02- Nomeação e Exoneração de Comissionados	D.O. Nº 26392 – 09/10/2014
		SGP 03 – Gestão documental	D.O. Nº 26391 – 08/10/2014
2	SCC – Sistema de Contratos, Convênios e Documentos Correlatos	SCC 01 – Formalização de contratos	D.O. Nº 26430 – 04/12/2014
		SCC 02 – Gerenciamento e fiscalização de contratos	D.O. Nº 26435 – 12/12/2014
3	SOU – Sistema de Ouvidoria	SOU 01-Atendimento das Manifestações	D.O. Nº 26386 – 01/10/2014
4	SAF – Sistema de Aperfeiçoamento Funcional	SFA 01- Levantamento de Necessidades de Capacitação	D.O. Nº 26390 – 07/10/2014
		SFA 02- Plano Anual de Capacitação	D.O. Nº 26390 – 07/10/2014
5	SLI- Sistema Licitações	SLI 01 – Licitações	D.O. Nº 26430 – 04/12/2014
6	SPE - Sistema de Planejamento Estratégico	SPE 01- Acompanhamento e Avaliação do Plano Estratégico na ALMT	D.O. Nº 26388 – 03/10/2014
		SPE 02 – Elaboração Manuais de Normas e Procedimentos	D.O. Nº 26388 – 03/10/2014
7	SSL – Sistema de Segurança Legislativa e Militar	SSL 01 – Controle de entrada e saída de bens na ALMT	D.O. Nº 26390 – 07/10/2014
8	SCP- Sistema de Compras	Sistema a Extinguir	-
9	SPA – Sistema de Controle Patrimonial e Almoxarifado	SPA 01 – Controle nas atividades de almoxarifado	D.O. Nº 26388 – 03/10/2014
		SPA 02 – Versão 03- Fornecimento de Uniformes Funcionais	D.O. Nº 57 – 03/03/2017
		SPA 03 – Controle Patrimonial de acordo com as NBCASP	D.O. Nº 9 – 29/11/2016
		SPA 04 – Padronização da rotina interna nos casos de Avaria, Extravio, Sinistro, Furto e Roubo de bens da Assembleia Legislativa	D.O. Nº 71 – 29/03/2017



Nº Ord	Sistemas	Instruções Normativas	Publicação
10	SSG – Sistema de Manutenção e Serviços Gerais	SSG 01 – Serviços de Correios	D.O. Nº 26388 – 03/10/2014
		SSG 02 – Execução de obras e serviços de engenharia	D.O. Nº 71 - 29/03/2017
11	STR – Sistema de Transportes	STR 01-Versão 02 – Gerenciamento e uso da frota	D.O. Nº 315 – 20/06/2018
		STR 02-Versão 02 – Abastecimento e manutenção dos veículos oficiais	D.O. Nº 315 20/06/2018
12	SCS – Sistema de Comunicação Social	SCS 01 – Produção e divulgação de material jornalístico no site	D.O. Nº 26430 – 04/12/2014
		SCS 02 – Comunicação interna nas dependências da ALMT	D.O. Nº 26430 – 04/12/2014
		SCS 03 – Criação de Programas, produção e veiculação – Rádio	D.O. Nº 26430 – 04/12/2014
		SCS 04 – versão 02- Procedimentos relativos ao fluxo de Notas Fiscais de Agências de Publicidade	D.O. Nº 170 – 21/09/2017
13	SFP – Sistema de Folha de Pagamento	SFP 01- Cadastro de servidores	D.O. Nº 26450 – 07/01/2015
		SFP 02 – Controle Relacionado a Guia do INSS	D.O. Nº 26450 – 07/01/2015
14	SFI- Sistema Financeiro	SFI 01- Versão 03 – Concessão de Diárias	D.O. Nº 71 – 29/03/2017
		SFI 02 – Suprimentos de Fundos	D.O. Nº 26456 – 15/01/2015
15	STV – Sistema TV Assembleia	STV 01- Solicitação de cópias em DVD	D.O. Nº 26430 – 04/12/2014
16	SCI – Sistema de Controle Interno	SCI 01 – Sistema de Controle interno	D.O. Nº 26349 – 11/08/2014
		SCI 02 – Auditoria Interna	D.O. Nº 26430 – 04/12/2014
		SCI 03 – Comunicações	D.O. Nº 26435 – 12/12/2014
		SCI 04 – Indicadores	D.O. Nº 26435 – 12/12/2014
17	SIN – Sistema de Informação	SIN 01- Reprodução de Acervo	D.O. Nº 26456 – 15/01/2015
		SIN 02 – Organização de Documentos e Arquivos	D.O. Nº 26456 – 15/01/2015



Nº Ord	Sistemas	Instruções Normativas	Publicação
18	STI – Sistema de Tecnologia da Informação	STI 01 – Desenvolvimento de soluções informatizadas	D.O. Nº 26427 – 01/12/2014
		STI 02 – Suporte a hardware	D.O. Nº 26427 – 01/12/2014
		STI 05 – Controle de Telefonia Fixa e Celular	D.O. Nº 167 – 18/09/2017
19	SJU – Sistema Jurídico	SJU 01 – Gestão dos Processos Administrativos	D.O. Nº 26456 – 15/01/2015
20	SCO – Sistema de Contabilidade	SCO 01 – Dispõe sobre prazos para encaminhamento das provisões em cumprimento as NBCASP	D.O. Nº 167 – 18/09/2017
21	SPL – Sistema de Planejamento e Orçamento	SPL 01 – Comissão de Elaboração e Programação Orçamentária	D.O. Nº 139 – 02/08/2017
22	SLE – Sistema de Serviços Legislativos	SLE 01 – Disciplina e orienta os procedimentos de controle relativos às atividades desenvolvidas no Plenário para realização das sessões relativos ao processo de tramitação da proposição legislativa	D. O. Nº 26678 – 14/12/2015
		SLE 02- Versão 02 – Estabelece procedimentos de controle	DOE-MT - Nº 427 – 21/12/2018
		SLE 03 – Protocolo de proposições legislativas e de processos no Sistema de Controle de Proposições	D.O. Nº 11 – 01/12/2016
		SLE 04 - Estabelece normas para compilação da legislação estadual e para disponibilização dos textos legais atualizados.	D. O. Nº 324 05/07/2018
23	SCL – Sistema de Controle Legislativo	SCL 01 – Tramitação de proposituras no Sistema de Tramitação de Propostas	D.O. Nº 167 – 18/09/2017
		SCL 02 – Confecção de pareceres no âmbito dos núcleos das comissões e sãs assessorias de gabinete	D.O. Nº 167 - de 18/09/2017

Cuiabá-MT, 22 de janeiro de 2019.


MÁRCIA MORAIS ROCHA

 Superintendente de Controle Interno de Gestão
 Matrícula nº 33081


CLESSO BARROS DE ARRUDA

 Superintendente de Controle Interno de Fiscalização Financeira, Contábil e Orçamentária
 Matrícula nº 26091


AFRANIO MONTEIRO DA SILVA JUNIOR

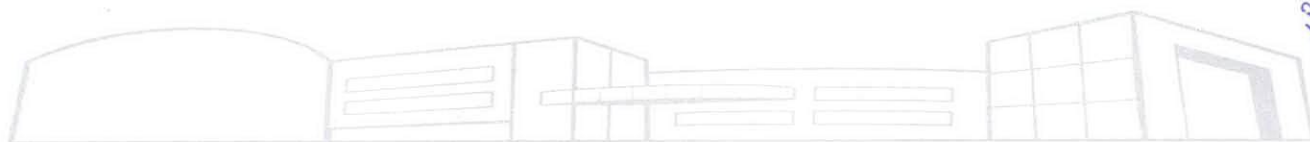
 Secretário de Controle Interno
 Matrícula nº 24036


ANEXO 2 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES-SCI/2018

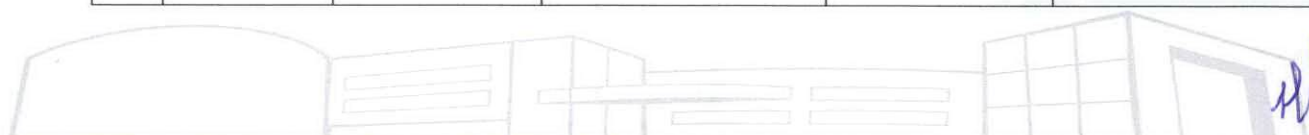
RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA					
Item	ORIGEM/DEMANDA	DESTINATÁRIO	INSUMOS/PROCESSOS	PRODUTO	RESULTADOS
1	Mesa Diretora	Secretaria de Controle Interno	PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA (PAAI/2018)	PAAI / 2018	Publicação do Plano Anual de Auditoria In-terna/2018 – instrumento de orientação dos trabalhos de auditoria para o exercício de 2018.
2	Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo (ISSSPL)	Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso	CONTAS ANUAIS DE GESTÃO - ISSSPL	Relatório Técnico –Contas Anuais de Gestão/2017- ISSSPL	Relatório Técnico sobre as Contas Anuais de Gestão/2017, pertinentes ao ISSSPL, encaminhado ao TCE/MT, juntamente com o Balanço Geral do Exercício Financeiro/2017 – ISSSPL.
3	Mesa Diretora	Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso	CONTAS ANUAIS DE GESTÃO - ALMT	Relatório Técnico –Contas Anuais de Gestão/2017- ALMT	Relatório Técnico sobre as Contas Anuais de Gestão/2017-ALMT, encaminhado ao TCE/MT, anexo ao Balanço Geral do Exercício Financeiro/2017.
4	Secretaria de Controle Interno	Presidência Conselho Fiscal - ISSSPL	CONTAS ANUAIS DE GESTÃO - ISSSPL	Recomendação de Auditoria	Recomendação de Auditoria para que o Conselho Fiscal realize o acompanhamento concomitante da gestão previdenciária e aprovação de Balancetes Mensais-ISSSPL, conforme lei específica.
5	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPOF)	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (LRF/RGF)	Parecer de Auditoria	Elaboração de Parecer Técnico versando sobre a composição da Despesa com Pessoal (Inclusão de Inativos, Pensionistas e Fundo de Apoio Parlamentar/FAP, no cômputo dos gastos com pessoal), publicado no RGF.
6	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPOF)	DIÁRIAS	Notificação de Auditoria	Notificação de Auditoria para que a unidade responsável manifeste-se sobre as providências adotadas para o saneamento de prestação de contas de diárias (servidores com inadimplência em prestação de contas).



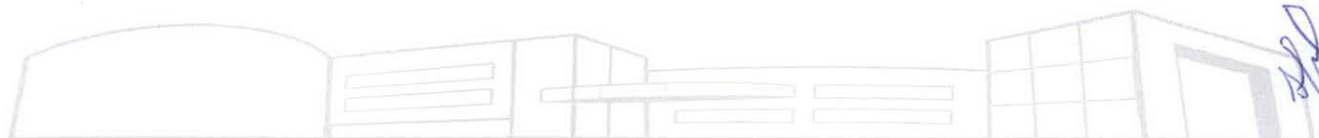
Item	ORIGEM/ DEMANDA	DESTINATÁRIO	INSUMOS/ PROCESSOS	PRODUTO	RESULTADOS
7	Secretaria de Controle Interno	Ouvidoria Geral	PORTAL TRANSPARÊNCIA (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO)	Recomendação de Auditoria	Recomendação de Auditoria, com vistas à melhoria do nível de informações disponibilizadas no Portal Transparência, em cumprimento da Lei de Acesso à Informação – Atualização de “Perguntas e Respostas Frequentes” no SIC/ALMT.
8	Secretaria de Controle Interno	Superintendência de Licitação	PROCESSOS LICITATÓRIOS	Relatório de Auditoria Auditoria de Conformidade (legalidade) e Auditoria Operacional (de gestão)	Elaboração e encaminhamento de Relatório de Auditoria Interna, contendo Apontamentos e Recomendações referente Procedimentos Licitatórios realizados pela ALMT
9	Secretaria de Controle Interno	Unidades Administrativas Diversas	PORTAL TRANSPARÊNCIA (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO)	Notificação de Auditoria	Notificação de Auditoria a diversas unidades gestoras e administrativas, versando sobre a necessidade de atualização de dados divulgados no Portal Transparência/ALMT
10	Secretaria de Controle Interno	Superintendência de Controle de Contratos, Convênios e Documentos Correlatos	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Recomendação de Auditoria	Recomendação de Auditoria sobre Despesas com Publicidade e Propaganda em Ano Eleitoral (Conduas vedadas a Agentes Públicos e limitação de gastos com Publicidade e Propaganda).
11	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPOF)	DIÁRIAS	Notificação de Auditoria	Notificação de Auditoria para que a unidade responsável pelo processamento de diárias providencie a devolução de prestação de contas apresentadas insatisfatoriamente e adote providências decorrentes (documentação comprobatória insuficiente).



Item	ORIGEM/ DEMANDA	DESTINATÁRIO	INSUMOS/ PROCESSOS	PRODUTO	RESULTADOS
12	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Serviços Legislativos	PORTAL TRANSPARÊNCIA (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO)	Recomendação de Auditoria	Recomendação de Auditoria, com vistas à melhoria do nível de informações disponibilizadas no Portal Transparência, em cumprimento da Lei de Acesso à Informação-necessidade de disponibilização da lista de presença dos Deputados Estaduais nas Sessões Legislativas de 2018.
13	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPOF)	DIÁRIAS	Relatório de Auditoria Auditoria de Conformidade (contábil e legalidade) e Auditoria Operacional (gestão)	Elaboração e encaminhamento de Relatório de Auditoria, contendo apontamentos e recomendações, referente aos Processos de Concessão e Pagamento de Diárias a servidores do Legislativo Estadual em 2018.
14	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Gestão de Pessoas	LOTACIONOGRAMA	Notificação de Auditoria	Notificação de Auditoria para que a Secretaria de Gestão de Pessoas adote medidas de ajustes e controle de pessoal, acerca de servidores lotados em secretarias distintas do informado na estrutura do Lotacionograma/ALMT.
15	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Gestão de Pessoas	CONCESSÃO DE BENEFÍCIO - PENSÃO	Parecer de Auditoria	Elaboração de diversos Pareceres Técnicos para subsidiar a Secretaria de Gestão de Pessoas acerca da viabilidade de concessão do benefício de Pensão por Morte, a dependentes legais de ex-servidores da ALMT.
16	Secretaria de Controle Interno	Coordenadoria de Informática	PORTAL TRANSPARÊNCIA (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO)	Recomendação de Auditoria	Recomendação de Auditoria à Coordenadoria de Informática em razão da necessidade de implementação de ajustes tecnológicos, a fim de permitir a gravação das informações e relatórios divulgados no Portal Transparência em diversos formatos digitais (pdf, doc, odt, excel).



Item	ORIGEM/DEMANDA	DESTINATÁRIO	INSUMOS/PROCESSOS	PRODUTO	RESULTADOS
17	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Gestão de Pessoas	CONCESSÃO DE BENEFÍCIO – APOSENTADORIA	Parecer de Auditoria	Elaboração de diversos Pareceres Técnicos para subsidiar a Secretaria de Gestão de Pessoas acerca da viabilidade de concessão de Aposentadoria à servidores da ALMT.
18	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPOF) / Secretaria de Gestão de Pessoas	E-SOCIAL	Notificação de Auditoria	Notificação de Auditoria solicitando esclarecimentos acerca dos procedimentos adotados pela unidade, para a implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (E-Social) e Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-REInf), tendo em vista o cronograma fixado pelos órgãos fiscais.
19	Secretaria de Controle Interno	Coordenadoria de Informática	PORTAL TRANSPARÊNCIA - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	Recomendação de Auditoria	Recomendação de Auditoria à unidade responsável, com vistas a publicação do quantitativo estatístico dos acessos de usuários via plataforma E-SIC (transparência ativa), a fim de cumprir determinação expressa na Lei de Acesso à Informação.
20	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Gestão de Pessoas	PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS	Relatório de Auditoria Auditoria de Conformidade (contábil e legalidade) e Auditoria Operacional (gestão)	Elaboração e encaminhamento de Relatório de Auditoria contendo Aparentamentos e Recomendações referente o processamento dos pagamentos das rescisões trabalhistas a servidores exonerados e/ou aposentados no exercício de 2018.
21	Secretaria de Controle Interno	Superintendência de Licitação	PROCESSOS LICITATÓRIOS	Recomendação de Auditoria	Recomendação de Auditoria com vistas à melhoria do processo de Pesquisa de Preço nas Licitações da ALMT, em consonância com as recomendações do TCE-MT.

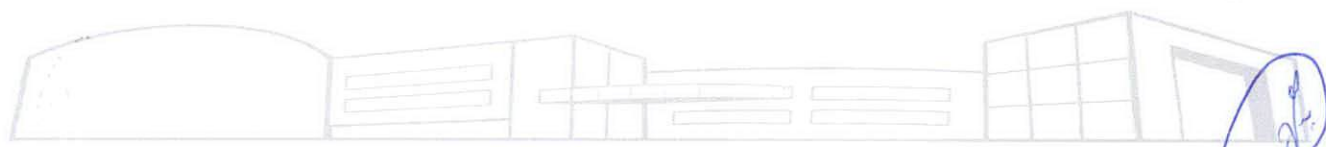


Item	ORIGEM/ DEMANDA	DESTINATÁRIO	INSUMOS/ PROCESSOS	PRODUTO	RESULTADOS
22	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Gestão de Pessoas	CONCESSÃO DE FÉRIAS	Recomendação de Auditoria	Recomendação de Auditoria sobre a necessidade de regulamentação do processo de concessão de férias regulamentares dos servidores, mormente no tocante a prazo prescricional, tendo em vista a constatação de férias não usufruídas e não indenizadas por ocasião da exoneração e/ou aposentadoria do servidor).
23	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Administração, Patrimônio e Informática	CONTROLE PATRIMONIAL (BENS MÓVEIS)	Relatório de Auditoria Auditoria de Conformidade (contábil e legalidade) e Auditoria Operacional (gestão)	Elaboração e encaminhamento de Relatório Técnico contendo Apontamentos e Recomendações de Auditoria, referente Controle Patrimonial (Bens Móveis/Inventário Patrimonial).
24	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPOF)	DIÁRIAS	Notificação de Auditoria	Notificação de Auditoria para que a unidade responsável manifeste-se sobre divergência constatada entre as informações prestadas a Unidade Central de Controle Interno e informações divulgadas no Portal Transparência/ALMT, referente concessão de Diárias.
25	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Administração, Patrimônio e Informática	CONTROLE PATRIMONIAL/VEÍCULOS	Recomendação de Auditoria	Recomendação de Auditoria versando sobre necessidade de encaminhamento de informações à Corregedoria Legislativa, referente localização de veículos extraviados (Processo Administrativo em andamento).
26	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Gestão de Pessoas	VERBAS RESCISÓRIAS	Notificação de Auditoria	Notificação de Auditoria para que a unidade manifeste-se sobre as Recomendações Apontadas no Relatório de Auditoria/2017, mormente no que diz respeito à elaboração de Normativa Interna a fim de regulamentar o processamento de Verbas Rescisórias no âmbito da ALMT.



Item	ORIGEM/ DEMANDA	DESTINATÁRIO	INSUMOS/ PROCESSOS	PRODUTO	RESULTADOS
27	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPOF)	RESTOS A PAGAR	Relatório de Auditoria Auditoria de Conformidade (contábil e legalidade) e Operacional (gestão)	Elaboração e encaminhamento de Relatório de Auditoria contendo Apontamentos e Recomendações referente o processamento de Restos a Pagar, no âmbito da ALMT.
28	Secretaria de Controle Interno	Consultoria Técnica Legislativa/Mesa Diretora (Núcleo Econômico)	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (DUODÉCIMOS)	Notificação de Auditoria	Notificação de Auditoria para que a unidade gestora manifeste-se sobre alterações financeiras/orçamentárias ocorridas (alteração de valores de repasses de duodécimos), em razão de Acordos ou Termos de Ajustamento de Conduta, firmado pela ALMT.
29	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPOF)	DIÁRIAS	Recomendação de Auditoria	Recomendação de Auditoria para que a unidade responsável providencie ajustes necessários na Normativa Interna e adote os procedimentos de adequação no Formulário de Solicitação de Diárias (manual e eletrônico), no sentido de constar, em campo específico, texto autorizativo prévio para desconto em folha de pagamento, em caso de não prestação de contas dentro do prazo determinado, a ser assinado pelo servidor.
30	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Administração, Patrimônio e Informática	DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS	Recomendação de Auditoria	Recomendação de Auditoria em apoio ao monitoramento da Superintendência de Fiscalização Contábil e Orçamentária/SCI, versando sobre a limitação de gastos com combustíveis, conforme previsto em Normativa Interna.
31	Secretaria de Controle Interno	Secretaria Geral	PORTAL TRANSPARÊNCIA - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	Relatório de Auditoria Auditoria de Conformidade (legalidade) e Auditoria Operacional (gestão)	Elaboração e encaminhamento de Relatório de Auditoria contendo Apontamentos e Recomendações referente ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação por meio do Portal Transparência/ALMT.

Item	ORIGEM/ DEMANDA	DESTINATÁRIO	INSUMOS/ PROCESSOS	PRODUTO	RESULTADOS
32	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Gestão de Pessoas	CESSÃO DE SERVIDORES / PORTAL TRANSPARÊNCIA - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	Notificação de Auditoria	Notificação de Auditoria para que a Secretaria de Gestão de Pessoas adote medidas de ajustes e controle de pessoal cedidos a outros órgãos, bem como de pessoal de outros órgãos a disposição da ALMT, em razão de inexistência/falha c/ou pendência de ato administrativo publicando a referida cessão em diário oficial.
33	Secretaria de Controle Interno	Ouvidoria Geral	PORTAL TRANSPARÊNCIA - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	Recomendação de Auditoria	Recomendação de Auditoria à unidade responsável, com vistas a publicação do quantitativo estatístico das solicitações (transparência passiva), protocoladas via E-SIC, a fim de cumprir determinação expressa na Lei de Acesso à Informação.
34	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Gestão de Pessoas	LICENÇA-PRÊMIO	Recomendação de Auditoria	Recomendação de Auditoria sobre a necessidade de regulamentação do processo de concessão de Licença-Prêmio à servidores, mormente sobre prazo prescricional, tendo em vista a constatação de licenças não usufruídas e não indenizadas por ocasião da aposentadoria do servidor efetivo.
35	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças	VERBAS RESCISÓRIAS / INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	Notificação de Auditoria	Notificação de Auditoria para que a unidade manifeste-se sobre providências adotadas com relação a empenhos inscritos em Restos a Pagar em exercícios anteriores, referente Verbas Rescisórias/Indenizações Trabalhistas não quitadas por inconsistência bancária (vala)

Item	ORIGEM/ DEMANDA	DESTINATÁRIO	INSUMOS/ PROCESSOS	PRODUTO	RESULTADOS
36	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPOF)	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (DUODÉCIMOS)	Relatório de Auditoria Auditoria de Conformidade (contábil e legalidade) e Auditoria Operacional (gestão)	Elaboração e encaminhamento de Relatório de Auditoria contendo Apontamentos e Recomendações sobre o acompanhamento dos Repasses de Duodécimos pelo Poder Executivo Estadual à ALMT.
37	Secretaria de Controle Interno	Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo (ISSSPL)	NORMATIVAS INTERNAS / ISSSPL	Recomendação de Auditoria	Recomendação de Auditoria à Diretoria ISSSPL, pertinente à necessidade de reformulação de norma específica, no tocante ao dispositivo que determina que a nomeação do Presidente do Conselho Fiscal seja exercido pelo Presidente do Grupo Executivo de Licitações, por não haver correlação entre as respectivas funções.
38	Secretaria de Controle Interno	Secretaria de Gestão de Pessoas	VERBAS INDENIZATÓRIAS	Notificação de Auditoria	Notificação de Auditoria à unidade responsável, para que seja dado publicidade ao ato normativo que concedeu e/ou alterou os valores das despesas pagas a título de Verbas Indenizatórias (VI), tendo em vista a constatação de alteração do montante pago a partir de Abril/2018.
39	Secretaria de Controle Interno	Órgãos Externos de Controle e Fiscalização/ Unidades Gestoras-ALMT	DIVERSOS	Diversas Atividades de Auditoria	Atividades de Auditoria, no apoio a diversos órgãos de Controle Externo, entre eles, Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) e Ministério Público Estadual (MPE-MT), no fornecimento de informações / documentos e atendimento à diligências encaminhadas internamente à Secretaria de Controle Interno por unidades gestoras (Mesa Diretora, Procuradoria Geral Legislativa, Ouvidoria Geral, entre outras).



Cuiabá-MT, 22 de janeiro de 2019.



MOISÉS FRANCISCO VIEIRA
Auditor-Geral
Matrícula nº 41077



AFRÂNIO MONTEIRO DA SILVA JUNIOR
Secretário de Controle Interno
Matrícula nº 24036

